

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**ANÁLISE CRÍTICA DO ARGUMENTO NEOCONSERVADOR-
OLAVISTA ACERCA DO SURGIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO
DO COMANDO VERMELHO - PONDERAÇÕES SOBRE O LIVRO “A
NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL”**

JADSON DE OLIVEIRA BARBOSA

VILA VELHA - ES
OUTUBRO / 2019

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**ANÁLISE CRÍTICA DO ARGUMENTO NEOCONSERVADOR-
OLAVISTA ACERCA DO SURGIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO
DO COMANDO VERMELHO - PONDERAÇÕES SOBRE O LIVRO: “A
NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL”**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

VILA VELHA - ES
OUTUBRO / 2019

Catálogo em 07 de Junho de 2019

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

B238c

Barbosa, Jadson de Oliveira.

Análise crítica do argumento neoconservador-Olavista acerca do surgimento e desenvolvimento do comando vermelho.

Ponderações sobre o livro "A nova era e a revolução cultural". /

Jadson de Oliveira Barbosa. – 2019.

40 f.

Orientador: Pablo Ornelas Rosa.

Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -

Universidade Vila Velha, 2019.

Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Comando Vermelho. 3. Crime organizado.

I. Rosa, Pablo Ornelas. II. Universidade Vila

Velha. III. Título.

CDD 306.2

JADSON DE OLIVEIRA BARBOSA

**ANÁLISE CRÍTICA DO ARGUMENTO NEOCONSERVADOR-
OLAVISTA ACERCA DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO
COMANDO VERMELHO – PONDERAÇÕES SOBRE O LIVRO “A
NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL”**

Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-graduação em
Segurança Pública, para a obtenção do
grau de Mestre em Segurança Pública.

Aprovado em 07 de junho de 2019,

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Aknaton Toczeck Souza (UFPR – SECAL)



Prof. Dr. Humberto Ribeiro Junior (UVV - ES)



Prof. Dr. Paulo Ornelas Rosa (UVV – ES)

Orientador (a)

A Deus seja dada toda a glória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela Salvação e pelo privilégio de poder buscar o crescimento, tanto em graça como em conhecimento.

A minha esposa Bruna por me apoiar e ser a incentivadora diária dos meus sonhos e projetos. Te amo, meu amor!

Ao meu irmão Jonathan, que esteve comigo durante o ano de 2017 nas muitas viagens de Ibatiba/ES a Vila Velha/ES. Obrigado, mano, te amo!

Ao sempre amigo Gesiel de Souza Monteiro, que foi o mentor desta aventura.

À tia Rosa pelo carinho e por ter me recebido tantas vezes na sua casa.

Ao meu amigo e Pastor Adeildo Camargo, por ter me dado tantas caronas.

Aos professores Pablo, Humberto e Regina, que se mostraram tão compreensivos e pacientes, revelando-se verdadeiros mestres do saber e incentivadores do crescimento, que Deus os abençoe.

Aos meus familiares e amigos que se mostraram interessados e entusiasmados com este projeto.

RESUMO

BARBOSA, Jadson de Oliveira, Universidade Vila Velha - ES, junho de 2019.
ANÁLISE CRÍTICA DO ARGUMENTO NEOCONSERVADOR-OLAVISTA ACERCA DO SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO COMANDO VERMELHO. PONDERAÇÕES SOBRE O LIVRO “A NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL”.
Orientador: Pablo Ornelas Rosa

Esta pesquisa pretende analisar a construção do argumento neoconservador, a respeito do surgimento e do desenvolvimento das facções criminosas no Brasil, especialmente o Comando Vermelho, que se tornou tão destacado nos últimos anos no país, principalmente após o surgimento da candidatura do atual presidente da República, Jair Bolsonaro. Numa comparação objetiva do que a academia produziu a respeito da temática, no enfoque das publicações da professora Camila Nunes Dias, Bruno Paes Manso e Pablo Ornelas Rosa, fica evidente que a produção de Carvalho não pode ser tida como conhecimento científico, tendo em vista, o seu desapego ao método e aos critérios do rigor acadêmico para a produção do conhecimento. Conclui-se, por fim, que a obra de Olavo de Carvalho encontra reverberação num cenário político, de extrema polarização e desconstrução de tudo que os governos da fase da redemocratização do Brasil, ocorrida com a Constituição da República de 1988, fizeram até aqui, no sentido de produzir no imaginário popular algo que justifique uma política de segurança pública baseada na perseguição letal daqueles que optam por viverem no crime.

Palavras-chave: Facção Criminosa. Análise Crítica. Nova Era e a Revolução Cultural. Olavo de Carvalho.

ABSTRACT

BARBOSA, Jadson de Oliveira, Universidade Vila Velha - ES, June, 2019. **CRITICAL ANALYSIS OF OLAVO'S NEOCONSERVATIVE REGARDING THE ADVENT AND DEVELOPMENT OF RED COMMAND. CONSIDERATIONS ABOUT THE BOOK "A NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL"**.

Leading Professor: Pablo Ornelas Rosa

This paper aims to analyze the neoconservative argument, in terms of the advent and development of the criminal groups in Brazil, especially the Red Command, which has become very famous in last years in the country, especially after the announcement of Jair Bolsonaro's candidacy for Federal President. It is clear that, when comparing what the academy has produced in terms of this topic, focusing in professor Camila Nunes Dias, Bruno Paes Manso and Pablo Ornelas Rosa's publications, Carvallho's production cannot be considered cientific knowledge, for the detachment of the method and of the criteria of academic rigor to produce knowledge. Thus, the work of Olavo de Carvalho reverberate in a political scenario, of extreme polarization and deconstruction of everything that the governements in the redemocratization stage in Brazil, occured with the Federal Constitution of 1988, have done until here, in terms of producing something that justifies a public safety policy based in letal persecution of those who choose to live in crime.

Keywords: Criminal Group. Critical Analysis. New Age and the Cultural Revolution. Olavo de Carvalho.

SUMÁRIO

1 O CONTATO COM OLAVO DE CARVALHO	8
2 INTRODUÇÃO SOBRE “A NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL”	10
3 AS ESQUERDAS E O CRIME ORGANIZADO	15
4 CRÍTICA TEXTUAL	18
3 CRÍTICA ÉTICA E METODOLÓGICA DO TEXTO	29
CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS	39

1 O CONTATO COM OLAVO DE CARVALHO

Nosso primeiro contato com Olavo de Carvalho se deu com a sua participação no filme¹: “A Cruz e a Espada | Brasil - A Última Cruzada”, uma produção do movimento de militância política Brasil Paralelo. Daí por diante, com o início do processo eleitoral das eleições do pleito de 2018, cada vez mais o seu nome vinha à tona, como aquele pensador que orientava o então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro.

Olavo de Carvalho se apresenta como estudioso e filósofo, muito embora, não tenha no seu currículo uma formação acadêmica, muito menos um caminho longo naquilo que se entende por educação formal. Carvalho é professor, ao passo que oferece, pelo seu site (<http://olavodecarvalho.org/>), uma série de cursos com o objetivo de avaliar a construção filosófica clássica, apresentando sempre uma argumentação que contradita as concepções modernas de organização social, sendo, dessa forma, um opositor declarado dos posicionamentos políticos da esquerda.

Carvalho, como se verá no decorrer desta pesquisa, tem aversão ao método científico de pesquisa, tendo como bandeira o discurso de que as universidades brasileiras estão contaminadas por aquilo que ele chama de ideal gramsciano, qual seja: o processo de tomada ao poder, que começaria pela tomada das universidades e expansões educacionais, da ideologia de esquerda.

Em março deste ano ficou evidente a sua decisiva influência no atual governo, quando o então Presidente da República o insere na comitiva de visita à Casa Branca, participando-o até mesmo em reuniões restritas junto ao presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump².

Nesta pesquisa partiremos das práticas discursivas decorrentes de fontes secundárias produzidas em formato de livros e artigos científicos que abarquem pontos de vista mais conservadores e progressistas no campo da segurança pública, com ênfase no estudo das facções criminosas.

Para tratar de um olhar mais progressista, que poderia estar situado em um campo, provavelmente, da esquerda, analisaremos as obras desenvolvidas por Camila Nunes Dias (2013) e Gabriel Feltran (2018), ambos pesquisadores atuantes

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkOIAKE7xqY>< Acesso em: 20 out. 2018.

² Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/sergio-araujo-colunas/2019/03/olavo-de-carvalho-de-guru-a-profeta-do-apocalipse/>. Acesso em: 25 abr. 2019.

em programas de pós-graduação em universidades públicas brasileiras, justamente por terem certo reconhecimento dos seus pares, tendo em vista a qualidade das suas pesquisas. De outro lado, analisaremos Olavo de Carvalho, tido como o guru não apenas do atual presidente Jair Bolsonaro, mas de grande parte dos neoconservadores brasileiros, que corroboram com a sua visão de mundo, sobretudo, no que se refere ao objeto investigado.

O objeto deste trabalho é apresentar uma análise dos equívocos cometidos por Carvalho (2018), quando constrói uma narrativa a respeito do surgimento das facções criminosas, especialmente o Comando Vermelho, pois do surgimento das novas direitas conservadoras, pode-se concluir que o autor, com os seus escritos e aulas disponíveis nas diversas plataformas digitais³, vem exercendo significativa influência sobre o imaginário e o pensamento dessa nova nuance da política brasileira.

Se analisará o livro “A Nova Era e a Revolução Cultural” (2018), no capítulo que está no bojo daquilo que Olavo de Carvalho chamou de apêndices, no qual ele examina o tema facções criminosas, como uma das consequências do que ele entende ser o propósito revolucionário do engajamento político gramsciano.

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/olavodeca>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

2 INTRODUÇÃO SOBRE “A NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL”

O objeto de estudo desta análise (o livro “A Nova Era e a Revolução Cultural” - 4º edição, 2018), encontra-se precisamente localizado no que Olavo de Carvalho chama de trilogia, sendo “A Nova Era e a Revolução cultural” (1994) o primeiro dos três livros, juntamente com as obras “O Jardim das Aflições” (1995) e “O Imbecil Coletivo” (1996). O mencionado autor toma por empreita, apresentar uma crítica à cultura e aos rumos políticos que o Brasil tomaria, com a ascensão ao poder dos partidos tidos como de esquerdas no governo brasileiro.

O autor não economiza elogios quando se refere a sua obra, apontando no sentido de afirmar que, antes dele ninguém havia feito uma leitura tão profunda e real do estado de coisas que cercam o cotidiano e a vida das pessoas, ao redor do mundo e, muito especialmente, no Brasil. O autor faz um diagnóstico e aponta direções que, no seu entendimento, realmente possam dar ao menos o vislumbre de uma mudança, possível e necessária, senão vejam as palavras dele:

O sentido da série é, portanto, nitidamente, o de situar a cultura brasileira de hoje no quadro maior da história das ideias no Ocidente, num período que vai de Epicuro até a “nova retórica” de Chaim Perelma. Que eu saiba ninguém fez antes um esforço de pensar o Brasil nessa escala. Meus únicos antecessores parecem ter sido Darcy Ribeiro, Mario Vieira Mello e Gilberto Freyre [...] (CARVALHO, 2018, p. 10).

Do contato com obra “A Nova Era e Revolução Cultural”, já nas linhas introdutórias, fica evidente a intenção do autor, de revelar-se como alguém que apresentará, no seu entendimento, uma análise inédita, a respeito dos fatos e dos fenômenos que marcam a história recente do Brasil, tendo, inclusive, assumido o risco à sua crítica e ao seu próprio ver, de ser “original e singular” (CARVALHO, 2011, p.10). Olavo de Carvalho acredita estar sozinho, pois o alcance das suas constatações abarca um período e uma profundidade dimensional ainda não experimentada, nem mesmo por seus referenciais autores.

Muito embora Carvalho enalteça o seu trabalho, colocando-o num patamar de legitimidade e conteúdo supra acadêmico, ele mesmo reconhece as imensas dificuldades de compreensão do seu texto. Segundo Carvalho (2018), “Entre a rejeição silenciosa e o engano loquaz, minha trilogia não tem muitas chances de ser bem compreendida”. No tempo que o autor se refere a sua obra como produto de um trabalho de excelência, indica que as debilidades da sua publicação não residem,

necessariamente, nas deficiências do seu texto ou método por ele empregado na sua pesquisa. Ele debita tal dificuldade à insuficiência interpretativa de quem o lê (CARVALHO, 2018, p.10).

Ao apresentar sua obra (“A Nova Era e a Revolução Cultural”), o próprio autor a descreve como:

[...] dois ensaios de tamanho médio, colocados entre duas introduções, vários apêndices, um punhado de notas de rodapé e uma conclusão. O todo dá à primeira vista a ideia de textos de origens diversas juntados pela coincidência fortuita de assunto [...]. (CARVALHO, 2018, p. 11).

Portanto, já na exposição da sua pesquisa, o autor indica uma série de críticas ao seu trabalho, não o fazendo, contudo, de modo inteligente, pois da conclusão objetiva do que se tem da porção textual acima reproduzida, tem-se o razoável aprontamento que a grande dificuldade que alguém poderá encontrar ao tentar entender sua argumentação, reside, de imediato, na falta de capricho na organização e no desenvolvimento da sua invenção.

Olavo de Carvalho, nas notas introdutórias da obra que aqui se analisa, propõe ao leitor uma experiência que tocará o imanente, implicando numa experiência dimensional que irá para além da extensão perceptiva e sensorial do mundo das coisas. Isso fica evidente, quando da explicação do uso da gravura que compõe a capa de seu livro, qual seja Beemot e Leviatã de Willian Blake. Carvalho faz uma série de considerações que abarcam a sua visão de mundo a respeito da gravura, passando por versículos bíblicos, até chegar à seguinte afirmação:

No entanto não é ao homem, nem a Beemot, que cabe julgar o Leviatã. Só o próprio Deus pode fazê-lo. A iconografia mostra Jesus como o pescador que puxa o leviatã para fora das águas, prendendo sua língua com um anzol. Quando, porém, o homem se furta ao combate interior, renegando a ajuda de Cristo, então se desencadeia a luta destrutiva entre a natureza e as forças rebeldes antinaturais, ou infranaturais. (CARVALHO, 2018, p.12)

Carvalho acredita que os diversos conflitos percebidos do convívio social, poderiam ser devidamente resolvidos, ao passo que cada indivíduo olha para dentro de si e se resolve enquanto pessoa, não se furtando de, com a ajuda de Jesus Cristo, vencer o combate espiritual tão comum a todos os seres humanos. Logo, para ele, as muitas guerras implementadas nas diversas esferas da existência, são oriundas da entrega que os indivíduos fazem ao que ele chamou de perigos de ordem material (CARVALHO, 2018, p. 13).

Num argumento espiritualizado, Carvalho acredita que o desprezo da ajuda

divina ou da intervenção de Deus, na gestão dos negócios humanos, levou a humanidade a perder o foco em discussões entre o certo e o errado, a verdade e o erro, passando, tão somente, a residir no estabelecimento dos interesses pessoais e ideológicos de grupos dominantes, em nome de um ideal moralmente recomendável, instrumentalizadas pela “necessidade implacável e da rebelião impotente” (CARVALHO, 2018, p. 13).

No prefácio da exposição do objeto da sua pesquisa, o autor indica duas forças que fomentam os enfrentamentos ideológicos e bélicos da história recente, quais sejam: necessidade implacável versus rebelião impotente, a primeira sendo equivalente ao ideal político chamado de direita ou conservadorismo e a outra de esquerda ou progressista.

Carvalho se situa historicamente da seguinte forma:

No plano da história mais recente, isto é, no ciclo que começa mais ou menos na época do Iluminismo, essas duas forças assumem claramente o sentido do rígido conservadorismo e da *hubris* revolucionária. Ou, mais simples ainda, direita e esquerda. (CARVALHO, 2018, p.13).

Já a caminho da conclusão do prefácio de “A Nova Era e a Revolução Cultural”, Olavo de Carvalho confessa, de modo categórico, que a sua intenção não foi, nem de perto, de que seu trabalho se tornasse produto de uma pesquisa, que seguisse a rigor um método de construção de conhecimento, que pudesse causar respeito e consideração no mundo acadêmico, isso, pois, ao seu ver, pronunciar-se de maneira impessoal, tendo sempre um referencial teórico ou uma orientação pedagógica e técnica na retaguarda, maquiaria ou esconderia suas verdadeiras intenções. Carvalho (2018) esclarece que se render ou submeter-se aos regulamentos científicos de pesquisa, custaria a perda de todas as suas referências à vida autêntica e o aprisionamento do seu discurso numa redoma linguística.

Na intenção de fazer justiça ao modo como instrumentaliza a sua pesquisa, o autor se abona, quando aponta que os trabalhos científicos rigidamente concebidos, serviriam tão somente para os leitores ou ao “espectador preguiçoso” (CARVALHO, 2018, p. 17). Desse modo, ele admite que coloca, no bojo do seu texto, uma diversidade de gêneros literários, fazendo apontamentos objetivos, a fim de instigar o leitor a buscar, nas fontes primárias por ele mencionadas ou sugeridas, se de fato o seu posicionamento confere com os autores originais.

Carvalho entende que o ambiente acadêmico é tendencioso a abolir o

pensamento conservador e economicamente liberal, afirmando que impera hoje, no Brasil, um ciclo de constrangimentos, sendo para as inteligências nacionais impostas o pensamento progressista comunista. Para Carvalho (2018, p.19), o Brasil vive uma crise profunda de inteligência, em que cientistas políticos, sociólogos, filósofos, políticos, pesquisadores, de um modo geral, aplaudem com alegria e empolgação incomuns as “ideias mais sonsas e descabidas que nos chegam do estrangeiro.

O fenômeno denominado de crise da inteligência é oriundo, segundo Carvalho, dos movimentos de esquerda, que buscam “reduzir toda a vida intelectual brasileira a um coro unanimista de reclamações” (CARVALHO, 2018, p.19). O entendimento do autor é de que as artes e a filosofia se rebaixaram ao status dos instrumentos de panfletagem de propaganda progressista, só que, todavia, já não mais abarcam questões profundas do conflito ideológico, mas se resumem a estabelecerem jargões e máximas, que reduzem o debate político a um patamar pouco argucioso, vejamos:

O pior é que essa propaganda já não transmite sequer ideias ou símbolos de uma doutrina revolucionária, mais limita-se a repetir, de maneira rasa, literal e direta, as reivindicações do dia: fora Collor, morte aos corruptos, viva o Betinho, queremos sexo. (CARVALHO, 2018, p. 20).

O objeto imediato da crítica política do autor reside, objetivamente, naquilo que ele denomina de revolução comunista (CARVALHO, 2018, p. 21), que seria um processo no qual as políticas públicas de promoção e fomento de desenvolvimento social, seriam norteadas pelo ideal comunista, de fortalecimento do Estado e enfraquecimento do indivíduo. Numa referência pontual ao escândalo dos anões do orçamento, Carvalho desenvolve a sua crítica no sentido de que o pior tipo de descaminho que um governo poderia tomar, não seria o da corrupção, mas o de cair nas ciladas ideológicas dos partidos de esquerda.

Num apontamento generalizado de como o brocardo progressista criou raízes no pensamento e na prática da sociedade, o articulista acusa, com conclusões fáticas, que desde o pai de família que maquia a sua declaração de imposto de renda até os movimentos sociais de reivindicação de direitos coletivos (movimento sem-terra, por exemplo), agem de forma incoerente e mal intencionadas, no sentido de que as reivindicações não são acompanhadas de um comportamento legítimo, ou seja, houve amortecimento do senso de dever. (CARVALHO, 2018).

A mensagem principal do autor, já na apresentação da sua obra, é clara, no sentido de se propor a argumentar contra a visão ideológica do que ele entende ser

comunismo, esquerda e partidos com ideal progressista. Sua afirmação chega ao ponto de creditar a tudo que há de mal arrumado no Brasil a assunção ao governo dos partidos de esquerda (CARVALHO, 2018, p. 23), afirmando que “a conversão formal ou informal, consciente ou inconsciente da intelectualidade de esquerda á estratégia de Antônio Gramsci é o fato mais relevante da história nacional dos últimos 30 anos”.

Apesar de confessar ter votado no Presidente Lula, hoje decepcionado e arrependido da sua escolha, Carvalho aponta que um dia empreendeu suas melhores esperanças e expectativas no governo Lula e que o Partido dos Trabalhadores (PT), seria o grande partido socialista do Brasil que, inspirado num ideal trabalhista, lutaria pela conquista de Direitos e políticas públicas, que alcançassem, de fato, os menos favorecidos historicamente conhecidos do Brasil. Ocorre que, na visão do autor, isso não aconteceu, haja vista, ter o partido se perdido no decorrer da sua história, tendo se transformado naquilo que se propunha a combater.

A respeito do Partido dos Trabalhadores, afirma Carvalho que:

[...] Não quer mais eleger o presidente, governar bem, submeter seu desempenho ao julgamento popular daqui a cinco anos, fazer História no ritmo lento e natural dos moinhos dos deuses: quer tomar o poder, fazer a revolução, dismantelar os adversários, expelir da política para sempre os que poderiam derrotá-lo em eleições futuras. Nos termos da poesia de Murillo Mendes, preferiu, às ‘lentas sandálias do bem, as velozes hélices do mal’. (CARVALHO, 2018, p.25).

O pensamento Olavista surge no sentido de insuflar a concepção popular de que o ideal partidário petista está alinhado a uma tomada de poder das esquerdas mundo afora, especialmente na América Latina, deixando evidente que esse movimento de dominação passará pela conquista dos polos de pesquisa acadêmicas, formando, na sociedade, um consenso a respeito de tudo.

3 AS ESQUERDAS E O CRIME ORGANIZADO

O estudo a respeito do surgimento das facções criminosas, bem como do seu vertiginoso estabelecimento de poder nas mais variadas esferas dos territórios urbanos, se estabelece como tarefa imprescindível para todos os sujeitos que lidam direta e indiretamente com o tema Segurança Pública. Isso porque, da glamourização percebida por milhões de expectadores a respeito dos traficantes dos morros cariocas nas telas dos cinemas de filmes como “Cidade de Deus” e “Tropa de Elite”, despertou-se o interesse de acadêmicos, agentes públicos e, até mesmo popular, de se saber quem são esses homens e mulheres que, investidos de armamentos pesados, estabelecem seus domínios em extensas áreas da geografia urbana, constituindo o seu comando com ações de violência e paternalismo.

Há algum tempo as ações do crime organizado toma as páginas policiais das publicações diárias dos jornais impressos e das programações televisivas em horários nobres, que anunciam os seus atos em presídios (rebeliões e confrontos sangrentos), assalto a bancos, roubo de carros e cargas, bem como a intensa guerra pelo poder nos morros, nas ruas, nas vielas, nos bairros nobres, enfim, parece que a atuação do crime organizado é onipresente e pode todas as coisas.

As cenas de horror que circularam nas contas das redes sociais nas mídias eletrônicas foram o relato diário das rebeliões que ocorreram em janeiro de 2017, na qual se pode constatar⁴ um nível de violência letal, que chegou à casa de centena de mortos, por conflitos internos e externos das facções criminosas.

Constata-se, sobre tal fato, como aquilo que era um fenômeno aparentemente regional, dado ao Grande Rio e ao estado de São Paulo, chegando, também, aos lugares mais distantes da região sudeste do Brasil. É razoável entender que esses grupos já atuavam antes das rebeliões, era algo que permanecia em silêncio, haja vista, o desconhecimento por grande parte da população brasileira.

Logo, pode ser vista em pesquisas rápidas na rede mundial de computadores, uma vasta bibliografia nas plataformas digitais, que tomam este objeto de estudo que, por consequência lógica, apontam diversas causas prováveis do surgimento e de como se desenvolvem as ditas organizações. Fato é que, com ascensão ao poder de uma ideologia de direita, mas já antes, desde a campanha para a Presidência da

⁴ MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Local, v. 11, n. 2, p. 10-29, mês abreviado 2017.

República e para o parlamento federal, que se ouve afirmar que o novo governo teria como sua base política ideológica no sentido de priorizar os seus esforços, em políticas públicas de combate ao crime organizado.

Logo, na atual conjuntura institucional de governo, surge como conselheiro da presidência para assuntos diversos, a figura que cada vez mais toma relevância nas tomadas de decisão do novo governo, o Sr. Olavo de Carvalho, autor de diversas obras, dentre elas o objeto deste artigo e outras que se popularizaram, como: “O mínimo que você precisa saber para não ser idiota” (2013); “O Imbecil Coletivo” (1996); “O jardim das Aflições” (1995) e outras mais, somando-se a essa literatura o seu curso de filosofia *online*, que pode ser visto do domínio www.seminariodefilosofia.org, bem como, centenas de vídeos disponíveis nas plataformas de *streaming* (www.youtube.com.br).

Carvalho, como já informado neste artigo, também se debruça sobre o fenômeno do surgimento das facções criminosas. Contudo, seu olhar não parte de uma pesquisa profunda, pois ao tratar do tema, o autor se baseia, exclusivamente, no produto jornalístico produzido por Carlos Amorim (2018), com primeira edição no ano de 1993, ao passo que nas 16 páginas em que ele trata da matéria, a obra de Amorim é a única fonte bibliográfica indicada pelo autor, ao ponto que suas conclusões são produto da obra de Amorim e da crítica ao seu trabalho. Carvalho utiliza as informações levantadas por Amorim, mas discorda objetivamente das suas conclusões. Ao falar da obra, Carvalho afirma:

Não vou aqui resumir o livro, pois pretendo que o leiam. Nas páginas que se seguem, concentrarei minhas observações antes no que me parece ser o seu único ponto fraco. [...] O autor, de fato, alude a algumas causas prováveis, mais centraliza sua atenção no fenômeno Comando Vermelho como tal, sem estender seu exame ao conjunto de fatores históricos que cercaram, propiciaram e finalmente determinaram seu surgimento. (CARVALHO, 2018, p.98).

A crítica que Carvalho faz a Amorim, reside no fato de, na sua obra, o autor omitir ou avaliar, de forma equivocada, as razões que levaram ao surgimento da facção criminosa Comando Vermelho, pois, ainda que Amorim não afirme não existir indícios suficientes que caracterize o Comando Vermelho como o braço armado e violento que deu continuidade ao que se dizia pretender a guerrilha de esquerda nos anos de 1960 e os anos seguintes até 1970, Carvalho aponta que esse é um equívoco que merece ser observado na obra da Amorim.

O modo como a obra de Carlos Amorim é interpretada em “A Nova Era e

Revolução Cultural”, vem claramente de encontro às conclusões do próprio autor, que afirma categoricamente:

Os revolucionários nunca pretenderam ensinar os criminosos a fazer guerrilhas. Em mais de uma década de pesquisas, nunca encontrei o menor indício de que houvesse uma intenção – menos ainda uma estratégia – para envolver o crime na luta de classe. (AMORIM, 2018, p. 197)

Muito embora Carvalho afirme a responsabilidade das organizações de esquerda ao surgimento das facções criminosas, ele deixa claro que não é esse o posicionamento de Amorim. O autor chega a justificar a postura do jornalista quando informa que aqueles presos políticos ocupam hoje posições de poder, são parlamentares, ministros, dirigentes sindicais, chefes de redação de jornais, de modo que seria compreensível a esquiva de Amorim.

Carvalho (2018, p. 98) interpreta a narrativa de Amorim, apontando que o surgimento do Comando Vermelho se deu da convivência de presos comuns com aqueles presos políticos no presídio de Ilha Grande, litoral fluminense, entre anos de 1969 a 1978. Tais presos políticos, inflamados pelo ideal revolucionário, ensinaram os presos comuns as táticas de guerrilha urbana e princípios de organização, tão essenciais para o que se constataria ser o motivo do sucesso das empreitas da facção.

Ainda na análise do discurso de Amorim, Carvalho dedica grande parte do seu esforço neste capítulo, que trata das facções criminosas, apontando um sentido na fala de Amorim, desconstruindo o seu argumento de que não se tratava de doutrinação ideológica, dando, desse modo, um novo sentido à narrativa jornalística. Carvalho aponta que a omissão do autor é flagrante, afirmando, inclusive, que nem mesmo o referido autor por ele analisado acredita verdadeiramente naquilo que afirma, ou seja, o autor mente para si⁵.

Carvalho (2018) cita uma lista de técnicas e métodos de guerrilha, passados pelos militantes de esquerda aos criminosos comuns, dentre os quais, destacam-se: Princípios de organização militar, estrutura hierárquica e sistemas próprios de comunicação; Propaganda – Agitprop; Estratégias de ação armada; Prática de assaltos simultâneos; Bombardeio de Postos Militares; Alarmes de falsos assaltos; Logística de atendimento médico para o cuidado de eventuais sinistros nas ações armadas; Sequestros de autoridades; Técnicas de abordagem militar, em curto

⁵ Amorim opina enfaticamente que “não houve intenção” de ensinar guerrilha aos bandidos, que a transmissão desses ensinamentos se deu de maneira “involuntária”, em resultado espontâneo do “convívio eventual nas cadeias”. Diante dos fatos narrados, é difícil acreditar nessa opinião, é difícil mesmo admitir que o próprio Amorim acredite nela. (CARVALHO, 2018, p.104)

espaço de tempo. Carvalho chega a afirmar que o Comando Vermelho pratica um assalto em no máximo cinco minutos e isso graças às informações vindas das organizações de esquerda; O cuidado na estratégia de onde e como operar determinada intervenção, seguindo a máxima no sentido com o lema: “Somos mais fortes onde o inimigo é mais fraco” e Fabricação de explosivos: coquetéis-molotov.

No entendimento de Olavo de Carvalho, os presos Comuns foram devidamente munidos de um verdadeiro curso de guerrilha urbana, recebendo, inclusive, suporte de bibliografia especializada (CARVALHO, 2018, p. 103) e professores devidamente experimentados, com acesso às obras como O “pequeno manual do guerrilheiro urbano”, de Carlos Marighela, “Guerra de Guerrilhas”, de Che Guevara, “A Revolução na Revolução”, de Régis Débray e “A Guerrilha Vista por Dentro” de Wilfred Burchett.

O clima de polarização política marcou a campanha eleitoral de 2018, que já marcava o embate de forças políticas no Brasil desde o fim do pleito de 2014, no sentido de dividir os políticos em duas classes, ao passo que todo argumento que favorece determinado ponto de vista é aceito, enquanto que aquilo que lhes desfavorece é visto como algo perfeitamente inútil e equivocado. Portanto, o argumento de Carvalho, que acusa os partidos de origem progressista de serem objetivamente culpados, inclusive pelo surgimento das facções criminosas, encontrou ambiência necessária para ser tido como válido e científico, sendo, inclusive, utilizado como fonte e inspiração para uma tendência política que agora se manifesta sem constrangimentos.

4 CRÍTICA TEXTUAL

O estudo a respeito dos discursos criados a respeito das organizações criminosas no Brasil tem se mostrado heterogêneo e multifacetado. Portanto, objetiva-se nesta pesquisa compreender as diversas visões e composições que os autores e suas respectivas pesquisas acadêmicas têm proferido a respeito da criação, do desenvolvimento e da consolidação desses grupos armados, que se organizam em torno de atividades ilícitas.

O avanço e o fortalecimento dos organismos que atuam no combate ao tráfico de drogas, não pode ser mais tido, tão somente, como um problema que ocupará as deliberações da pasta do recém-criado Ministério da Justiça e da Segurança Pública,

tendo o ex-juiz federal Sérgio Moro como Ministro, ou nas respectivas secretarias estaduais de segurança pública. Essa atividade é mais lucrativa que setores tradicionais da nossa economia. Portanto, o combate ao tráfico de drogas, para além de ser um assunto de polícia, trata-se de uma necessidade estratégica de soberania e estabilidade nacional.

Para Carvalho (2018), a maneira isolada e escoteira como o crime e o criminoso se manifestavam até 1970 ou pouco depois, toma contornos ideológicos, quando as atividades criminosas abandonam somente o aspecto financeiro e assumem um papel de oposição e resistência a um sistema que opera dentro e fora das cadeias. Quando há a perseguição seletiva de criminosos, quando o sistema penitenciário se mostra, definitivamente, tão somente, como um braço vingativo do Estado e da sociedade, o Comando Vermelho (CV) surge como bandeira de liberdade, paz e justiça, revelando, desse modo, as precarizações e, sobretudo a violação de direitos humanos no sistema carcerário brasileiro, trazendo, como efeito colateral, a emergência das facções criminosas.

Todavia, a compreensão desses diversos discursos a respeito das facções criminosas revela como é complexo esse fenômeno que tem sido, talvez, o maior gargalo para a segurança Pública no Brasil. A depender da maneira como compreendem-no, têm-se, assim, soluções diversas para o problema.

Enquanto Nunes e Feltran investigam o fenômeno Primeiro Comando da Capital (PCC) ou o crime organizado paulista, construindo um discurso a respeito das facções criminosas, tendo como objeto primário de pesquisa o partido do crime, avaliando as demais facções de uma maneira transversal ou comparativa, o assim conhecido como suposto filósofo, Olavo de Carvalho, desenvolve a sua narrativa a respeito do crime organizado no Brasil. Carvalho tem como base o surgimento e a evolução de outra, mas também muito conhecida organização criminosa, o Comando Vermelho.

Camila Nunes Dias (2013) e Gabriel Feltran (2018) não negam que, de fato, existe uma relação do surgimento dessas facções com a convivência desses presos políticos, até porque se trata de um fato histórico, que pode ser facilmente comprovado, bastando uma simples averiguação dos anais das penitenciárias do período da Ditadura Civil-Militar. Todavia, não apontam uma natureza política para o seu modo e para a justificativa nas suas ações.

Esses autores enxergam essas facções, especialmente o Primeiro Comando

da Capital, como uma congregação de criminosos que se unem para uma série de demandas em comum, tendo como foco o lucro, a potencialização financeira que as atividades ilegais podem lhes proporcionar.

O mundo do crime seria, então, uma opção, a partir do momento que outras condições de sobrevivência não foram aproveitadas ou até mesmo ofertadas. Esses indivíduos presos ou em liberdade, optam por se filiarem a uma facção que mais lhe seduzem e passam, a partir daí, a desenvolverem diversas atividades ilegais, abrindo mão de certa autonomia, mas no sentido de se protegerem e protegerem seus negócios.

Feltran (2018) apresenta uma perspectiva do PCC, quando entende essa organização como algo parecido com uma fraternidade secreta colaborativa, que, em muitos aspectos, se assemelha à franco maçonaria, indicando que muito embora a lucratividade seja algo importante para os anseios da organização, não seria esse o seu fim, pois:

Ainda que seja uma irmandade de muitos empresários criminais e empreendedores autônomos, que atuam em mercados legais e ilegais, a facção não funciona como empresa [...] modo de organizar é inspirado nas irmandades secretas, como a maçonaria. (FELTRAN, 2018, p. 22-23)

Haja vista a intensa utilização da internet como meio de comunicação, cada indivíduo pode ser potencialmente considerado como um difusor de informação, estando então superada a fase de que as fontes de comunicação que se tinha acesso, já não se resumem aos grandes grupos jornalísticos ou aos canais de televisão. Isso ocorre, pois o acesso aos sites de *streaming* é possível a qualquer um, é possível ter acesso à informação de conteúdo que agrada o seu gosto.

Rosa, Rezende e Martins (2018) ao lecionarem a respeito desse fenômeno, trouxeram o conceito de pós-verdade, no sentido de entender o fenômeno que se torna cada vez mais comum, de um acontecimento que não existiu, ser posto como verdadeiro. A partir de tal premissa se constrói uma narrativa em torno desse fato:

[...] o dicionário Oxford trouxe como palavra do ano em 2016, a pós-verdade, ou seja, fazendo com que a difusão de uma informação sem uma fonte precisa ou mesmo distorcida e até mentirosa, tenha efeito de verdade em suas consequências. Assim, ao definir a pós-verdade como um adjetivo “relacionado a ou denotando circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e a crenças pessoais”, o Dicionário Oxford reconheceu que a partir de 2016 “a pós-verdade deixou de ser um termo periférico para ser um dos pilares dos comentários políticos, sendo agora muitas vezes usados por grandes publicações sem a necessidade de esclarecimento ou definição em suas manchetes”. (ROSA; REZENDE; MARTINS, 2018, p. 175).

A crescente onda de violência no Brasil, marcada pelos altos índices de morte por assassinato, especialmente com uso de arma de fogo, tem causado uma convergência de esforços e empreendimentos governamentais, no sentido de, ao menos, tentar parar essa tendência, que marca toda uma geração de jovens, que veem o seu futuro perdido por terem suas vidas ceifadas tão precocemente.

É de conhecimento comum que na demografia dos grandes centros urbanos, existem conglomerados habitacionais que se formaram à sombra de um planejamento oficial e acompanhado, surgindo, desse modo, territórios compostos por uma grande massa populacional. Segundo informa a Revista Exame⁶, tendo como aporte o CENSO⁷ de 2010, mais de 11 milhões de pessoas residem em locais frutos de invasões e com pouquíssimas prestações públicas de serviços básicos à sobrevivência.

Analisando o fenômeno das guerras de facções para o controle de territórios na cidade do Rio de Janeiro, a antropóloga e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Alba Zaluar (2002) observa:

Que guerra é esta em que armas leves e pequenas, que até crianças podem carregar, atingem qualquer um, sem aviso, sem defesa, sem consolo? Que guerra é essa que nega o monopólio legítimo da violência pelo Estado, com a pulverização de organizações privadas de segurança e organizações criminosas e terroristas? A logística em fluxos e redes e as fraturas múltiplas em comandos, quadrilhas, bondes, forças policiais, justiceiros e pistoleiros. Por detrás disso tudo, pouco investigado e pouco conhecido, o capitalismo das sombras que opera no mercado negro das armas e das drogas, misturando promiscuamente negócio legal e ilegal. Essa economia das trevas é transnacional, como o terror que a preside. (ZALUAR, 2002)

Se for considerada a média da população das cidades brasileiras, a Favela da Rocinha⁸, na cidade do Rio de Janeiro, estaria entre as 450 maiores cidades do país, com uma população com cerca de 70 mil pessoas. Esses espaços geográficos surgem na plástica das cidades, como se não devessem ser objetos do cuidado e guarda dos governos.

Nesse cenário de abandono e descuido que se popularizou ou se teve conhecimento da atuação das facções criminosas, que muito embora, tenham o seu

⁶ PRATES, Marco. **As 10 maiores (e mais impressionantes) favelas do Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/as-10-maiores-e-mais-impressionantes-favelas-do-brasil/>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

⁷ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

⁸ *Idem*

advento dentro das prisões, se estabeleceram enquanto centros de poder de dominação nas favelas e nas periferias urbanas.

Já tem algum tempo que a academia e os influenciadores digitais se debruçam sobre este objeto de pesquisa (DIAS, ano; FELTRAN, ano; TOGNOLE, ano), qual seja, as facções criminosas, no sentido de tentar entender esse fenômeno, num estudo cronológico desde o seu surgimento, até o seu estado atual, na busca de tentar compreendê-lo, informando às instituições de governo, os seus pontos de vistas, o que, em tese, poderia ensejar nas políticas de segurança pública o combate à violência.

A vida de um traficante que atua na ponta do tráfico de drogas, não é muito longa, como ressalta Feltran (ano), tendo em vista, o constante combate com a polícia e com os grupos rivais. Esse dado é sabido pelo indivíduo que ingressa no comércio não regulado de drogas e armas, mesmo antes de nele entrar. Então, o que levaria alguém a investir o seu tempo e as suas habilidades numa atividade tão perigosa e inconstante?

Perguntado à respeito das suas atividades ilícitas, o traficante Marcelo Piloto, em uma coletiva dada à imprensa paraguaia⁹, segurando um print de uma imagem de vídeo da internet, afirma: “colocar a minha foto, a foto de um carro bomba, e colocar uma facção criminosa como terrorista é inaceitável, mentira, não concordo... terrorismo a nossa facção não aceita” (se referindo ao comando vermelho).

Já o traficante Carlos César do Santos Lima, em audiência gravada na Justiça Federal, na cidade de Limeira/SP, após ser informado a respeito do que lhe era imputado pelo Ministério Público, sendo arguido pelo magistrado a respeito da tentativa de morte de um indivíduo, faz o seguinte desabafo¹⁰:

Dizer, é isto aí mesmo, demorou, pode condenar mesmo, e outra, deixando bem claro também irmão, “ceis” me tirou lá de Presidente Venceslau lá, pra fazer 12 horas de viagem, pra escutar esta palhaçada aqui, eu não vou ficar escutando isto daí não... aqui vocês não intimidam ninguém não rapaz, aqui é o Primeiro Comando da Capital, inimigo número 1 de vocês rapaz. (LIMA, 2009).

Luiz Fernando da Costa, vulgarmente conhecido por Fernandinho Beira-Mar, é um famoso traficante carioca, que se criou nas periferias da cidade de Duque de Caxias – RJ, talvez seja o mais famoso traficante de drogas e armas do Brasil. Ele é

⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8cbkaB7tABo&t=1958s>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DeS3lzbm7al>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

um homem poderoso do mundo crime, sendo, inclusive, considerado pelo próprio governo dos Estados Unidos da América, uma ameaça ao seu país, com atuação dentro e fora do Brasil. Ele comanda de dentro de um Presídio Federal de Segurança Máxima, em Mossoró, no Rio Grande Norte, uma movimentação financeira estimada pela inteligência policial carioca em 44 milhões de dólares por ano (AMORIM, 2018).

O primeiro traficante compõe a famosa facção criminosa carioca, o Comando Vermelho, enquanto que o segundo é um traficante paulista, vinculado ao Primeiro Comando da Capital (PCC). A priori os discursos são diferentes, pois enquanto aquele trata de suas atividades como tendo tão somente um objetivo pecuniário, este já se pronuncia como sendo o inimigo número 1 do Estado, afirmando, inclusive, que não se intimida, diante de um Juiz Federal e da imposição coercitiva do Estado, por pertencer ao PCC.

Esses poucos exemplos que tratam da atuação dessas organizações, deixam em evidência que o seu modo de agir não respeita uma sistemática previsível, pois ora se mostram como tendo como objeto o comércio ilícito de drogas e armas, tendo a violência como o seu instrumento de poder, outrora revelam o seu perfil de resistência ao governo, se organizando em torno de um ideal político de natureza econômico/social, como diagnostica Camila Nunes, no que tange ao enunciado ideológico do Primeiro Comando da Capital – Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade (NUNES, 2013).

Logo, o estudo a respeito das facções criminosas no Brasil poderá revelar as muitas faces pelas quais se manifestam, não sendo razoável conceber esse fenômeno, como algo simples e de fácil compreensão.

Desse modo, há quem se prontifique a dizer que o fenômeno do surgimento dessas organizações, se dá pela influência política de grupos de viés político de esquerda, como é o caso do chamado professor Olavo de Carvalho que, com base na obra do jornalista Carlos Amorim, afirma que as facções criminosas, em especial o surgimento do Comando Vermelho, se deu com o contato de presos políticos com presos comuns (CARVALHO, 2018), na década de 1970, no presídio de segurança máxima em Ilha Bela, no litoral Fluminense.

Todavia, pelo que se tem de pesquisa acadêmica confiável, do que se pode concluir da obra da professora Camila Nunes (2013), a formação das facções criminosas no Brasil, muito embora tenham sido formadas no contexto em que presos políticos e comuns tenham tido contato, o que culminou nessas organizações não foi

o anseio de se juntarem em torno de um ideal político para fazerem frente a um governo opressor com preferências à esquerda. O que de fato levou à formação desses grupos foi a conclusão que se chegou, de que se os presos estivessem juntos e convergindo numa mesma direção, agindo organizadamente sob um código básico de conduta, alcançariam êxito e sucesso nos negócios, como também conquistariam melhores condições de sobrevivência no sistema carcerário.

Portanto, da compreensão de como se deu a formação, o surgimento e o modo de operar dessas organizações criminosas, pode-se chegar, em primeiro lugar, ao vislumbre do que são e não são essas facções. Muito do que se criou no imaginário popular é que esses indivíduos que se formam em grupos numa convergência de esforços para um fim comum são, para muitas pessoas, protegidos por uma legislação fraca e pouco punitiva, ao passo que devem ser encarados por alguns setores da sociedade como inimigos da sociedade, necessitando ser aniquilados por tiros certos de *snipers*, conforme sugeriu o novo governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel¹¹.

O surgimento das facções criminosas dentro dos ambientes prisionais, especialmente nos presídios paulistas, trouxe uma nova formatação no estabelecimento do comércio ilegal de drogas ilícitas e armas. Segundo aponta Nunes (2013, p. 10), uma nova figuração social, em que as relações de poder e submissão dentro da organização ficaram mais evidentes, tomando contornos organizacionais, proporcionou a elevação da eficiência dos planos de negócio desses grupos.

Os diversos atentados que ocorreram em maio de 2006 (JUSTIÇA GLOBAL; INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC, 2011), nomeados de ataques de maio, que ocorrem entre os dias 12 a 20 de maio, naquele ano, que mais tarde teriam as eleições federais e estaduais, juntamente com as rebeliões orquestradas dentro dos presídios paulistas, revelaram uma face ainda desconhecida do crime organizado brasileiro, que até então, era desconhecido sob o ponto de vista prático, do que seria capaz o Primeiro Comando da Capital. Num dia de visita, praticamente todos os presídios paulistas são tomados de assalto por presos que, agindo sob a égide de um comando claramente estabelecido, reivindicam melhores condições de sobrevivência dentro dos presídios, bem como, denunciam que o sistema carcerário brasileiro ainda era mais frágil do que se imaginava (NUNES, 2013, p. 15).

¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4CXGkV9iM-o>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Ao citar as suas atividades de pesquisa, Camila Nunes informa que nos anos que antecederam a estes ataques (2003 e 2004), durante o seu trabalho de campo na pesquisa empírica nos presídios de São Paulo, era notório o domínio do PCC na rotina carcerária, bem como havia conhecimento de um acordo entre a cúpula da organização e o Governo do Estado de São Paulo, ficando estabelecida um trégua com o poder público, de modo que estava proibidos “acertos de contas ou episódios de violência” (NUNES, 2013, p. 16).

Quando as bandeiras improvisadas com lenções e bastões de madeira foram estendidas nas janelas dos presídios do Estado de São Paulo, viu-se a sigla PCC (JUSTIÇA GLOBAL; INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC, 2011) e, de uma forma urgente a população não só de São Paulo, mas de todo o Brasil, começou a se perguntar do que se tratava essa sigla, quem era e o que era, essa organização se autodeclarava como autora de um dos maiores movimentos de resistência e rebelião da história carcerária do Brasil.

Mais adiante, noticiou-se ser o PCC uma facção criminosa que nasceu no ano de 1993, no anexo da casa de Custódia de Taubaté, no Estado de São Paulo. No presídio também conhecido por Piranhão, o PCC se formou durante um campeonato de futebol, em que o time chamado Comando da Capital, formado por presos da capital paulista, enfrentou o Comando Caipira, composto por jogadores vindos das regiões interioranas do estado. Daquele confronto surgiu a famigerada organização criminosa paulista, tendo sido formada pelos seguintes membros fundadores: Miza (Mizael Aparecido da Silva), Geleirão (José Márcio Felício), Cesinha (César Augusto Roriz Silva), Cara Gorda (Wander Eduardo Ferreira), Paixão (Antônio Carlos Roberto da Paixão) e Bicho Feio (Antônio Carlos dos Santos). Observa-se que todos esses apenados se encontravam em regime de cumprimento de pena disciplinar diferenciado, com visitas e banho de sol regulados (NUNES, 2013, p. 2013).

A atuação do partido do crime¹², já era conhecida por gestores do sistema prisional paulista, ao passo que a organização já havia orquestrado rebeliões e assassinatos, e isto a medida que expandia seu domínio pelas diversas unidades prisionais no Estado do São Paulo, realizando batismos¹³ de diversos presos, tendo como forma de atuação, a cumplicidade e lealdade irrestrita dentre seus membros, tendo o ideal de solidariedade e união cada vez mais fortalecidos entre seus elementos, no sentido de fortalecer a luta por melhorias de condições dentro dos presídios, bem como se fortalecerem nas atividades criminosas perpetuadas pelos seus participantes fora das cadeias.

¹² Nomenclatura dada ao PCC. (MANSO; NUNES, 2018)

¹³ Nome que se dá ao ritual de iniciação aquele indivíduo que ingressa nas fileiras da organização.

Nunes (2013) assevera que, num primeiro momento, o PCC se utilizou de uma instrumentalidade simbólica de poder, qual seja, o exercício contínuo e sistemático de violência, perseguindo, a preço de sangue, os seus inimigos e opositores, criando, assim, não só para instituições de governo, mas principalmente dentro do sistema carcerário, entre os apenados, uma condição de poder, ainda não vista e experimentada pela população carcerária, de modo que aqueles que tivessem sob a égide de sua proteção estariam protegidos desde que se mantivessem fieis ao estatuto da organização, enquanto que os opositores seriam aniquilados.

O modo como as execuções se dão pelo PCC (NUNES, 2013, p. 216) passa uma mensagem supostamente pedagógica sobre nexos em cometer uma falta com uma punição consequente, de modo que, para cada falta cometida existe uma punição ou modo de execução particular. Para membros de outras facções morte por decapitação, olhos arrancados por traição, cadeado na boca, suplício para os delatores, arrancar o coração para os inimigos da facção.

Do noticiário diário de como as facções criminosas atuam para além dos altos muros dos presídios, são feitas diversas perguntas: Por que o sistema prisional brasileiro se tornou terreno fértil para a criação, a expansão e a consolidação do crime organizado? Por quais razões a população carcerária se submete à autoridade dessas coligações? Como é possível presos que passam pelo Regime Disciplinar Diferenciado, controlarem a venda de drogas e armas nas ruas das cidades?

Nunes (2013) argumenta que, numa perspectiva de que o poder se exerce pela aplicação da força, os mecanismos de poder são manifestos objetivamente pela repressão. O estabelecimento desse poder e a sua consequente legitimidade, seria evidenciada pelo enfrentamento “belicoso” de armas, pela guerra-repressão, caracterizada entre a “luta e submissão”.

As organizações criminosas, portanto, permearão nas lacunas deixadas por essas manifestações legítimas de autoridade, no sentido de oferecer uma saída que, em curto prazo, não importará em consequências drásticas para o indivíduo e sua família, muito pelo contrário. Seus pares que o cercam imediatamente, também não o enxergam como negativos, pois, numa realidade de ausência de amparo, os serviços prestados e oferecidos pelas facções criminosas estimulam e garantem o abrigo necessário para aqueles que empreitam em suas fileiras.

Feltran (2018) apresenta um exemplo muito elucidador:

[...] a escolha da instância a acionar depende do tipo de problema enfrentado.

Por exemplo, se um homem tem um emprego e durante anos não recebeu as horas extras a que tinha direito, ou se uma mãe não recebe a pensão alimentícia do ex-marido, acionarão a justiça. [...] Mas, se alguém da família foi roubado, agredido, coagido ou morto e os agentes da ação criminosa não foram policiais, será feita uma queixa a uma autoridade local do crime (FELTRAN, 2018, p. 205).

Todavia, é de compreensão da população carcerária e das comunidades, que a imposição por força de regras tidas como ilegais, trariam pacificação e implementação de justiça,

a legitimidade da força física é determinada a partir do seu lugar numa figuração social específica e, portanto, é relativa a posições e pontos de vistas singulares. É a maneira pela qual os indivíduos se ligam uns aos outros que determina a legitimidade do uso da violência física numa dada relação de poder (NUNES, 2013).

No mundo do crime, especialmente nas “quebradas” (expressão utilizada por Feltran (2018)), em que o PCC estabeleceu o seu comando, existe uma justiça paralela, que cumpre um papel regulador do que é certo nas atitudes de cada indivíduo. Não se pode mais fazer no crime o que se quer, do jeito que se queria fazer. (FELTRAN, 2018).

A facção paulista se organizou, de um modo que, no seu estatuto, na sua primeira versão concebida por seus fundadores, José Márcio Felício (Geleião) e César Augusto Roriz Silva (Cesinha do Mangue), no item 3, está disposto que: “dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. Aqueles integrantes que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado” (FELTRAN, 2018, p. 305 – sem alteração, conforme a redação original).

Nunes (2013) destaca a natureza e o controle do PCC. O ano era 2015¹⁴, na cidade de Pirassununga/SP, o pedreiro Adriano Mendes (33 anos), a sua esposa Adriana Ponciano e uma amiga, saíram de uma escola, ao passarem por uma lombada, Adriano não consegue controlar a motocicleta e cai ao chão. Coincidentemente, três irmãos do partido do crime¹⁵ estavam na calçada logo em frente de onde houve o pequeno acidente.

Esses indivíduos começam a zombar de Adriano pelo fato de ele ter caído, ato contínuo que começa uma discussão. Um daqueles homens, Fabrício do Nascimento, saca uma arma e dispara três tiros em Adriano, que vem a óbito imediatamente. Até

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZSiUMXAtOs4>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

¹⁵ Nome dado ao Primeiro Comando da Capital, facção criminosa paulista, também conhecida pela sigla 15.3.3.

então, essa seria uma cena comum, corriqueira num país em que casos como esses são constatados dia a dia.

O irmão de Adriano, Agnaldo Mendes, que já havia passado pelo sistema penitenciário paulista, por tráfico de drogas, quer justiça. Todavia, não aciona aos órgãos jurisdicionais constitucionalmente estabelecidos.

Agnaldo opta por uma via mais célere, não oficial, que seria mais eficiente. Ele busca justiça pelo braço regulador de uma “Sintonia”¹⁶ do PCC, um tribunal que seria presidido de dentro de uma penitenciária estadual, por um sistema de teleconferência, na qual presos tomam para si prerrogativas jurisdicionais e traficantes executam ao pé da letra a sentença prolatada.

Já em uma semana após o fato, o julgamento começou, o autor do crime e os seus companheiros, a esposa e a sua amiga que presenciou o ocorrido, juntamente com Agnaldo, vão para uma chácara na zona rural da cidade e dali, após horas e horas de discussão, a sentença é dada: Fabrício do Nascimento é condenado à morte, executado por Agnaldo, que queria a morte de todos os partícipes. Os demais são condenados a deixarem a cidade imediatamente sob o aviso de não causarem mal algum para Adriana, sua amiga e para os familiares de Adriana e da sua amiga.

O juiz informa a Agnaldo: “Então veja bem: você só vai cobrar, moleque, o cara que tirou a vida do seu irmão, entendeu cara”. Agnaldo replica: “Mas os dois vai ficar impune, irmão?”, o juiz informa: “Ô moleque, a questão não é quem vai ficar impune. A questão é que os dois não tirou a vida de seu irmão... então, a gente é justo e correto...”¹⁷.

A deliberação do caso durou toda uma noite, foram horas e horas de argumentos e contra-argumentos, até se decidir que caberia a Agnaldo a execução de Fabrício, que recebeu a seguinte sentença: “você tem ciência do que você cometeu. Você tirou uma vida até mesmo sem dar defesa para o mesmo... A gente não admite isso em lugar nenhum”¹⁸.

É no mínimo curioso perceber, numa organização tida como criminosa, a concepção de um modelo de gestão, tendo por um código de normas, traçado para um modo de pautar as suas ações, fundamentadas em um estatuto, que após ter sido tomado a termo, foi amplamente divulgado (os salves) entre a população carcerária e

¹⁶ Nome que se dá a uma célula de poder do PCC.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZSiUMXAtOs4>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZSiUMXAtOs4>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

também fora dela e se torna fonte de direito para determinar, inclusive, a vida e a morte de um transgressor.

3 CRÍTICA ÉTICA E METODOLÓGICA DO TEXTO

Como já discorrido neste texto, ao construir o seu pensamento, Carvalho (2018) não pretendeu utilizar das ferramentas de pesquisas tão caras à legitimidade de um argumento científico, usando tão somente como baldrame para o seu argumento um trabalho jornalístico, qual seja, a obra de Amorim (2018), a respeito do surgimento do Comando Vermelho. Ocorre que, sendo assim, vem à tona o quanto é frágil e insustentável a inteligência de que o crime organizado no Brasil possui ligação objetiva e imediata com o movimento político progressista.

Segundo Medeiros, a “Ciência é um corpo de conhecimentos com técnicas especializadas de verificação, interpretação e inferência da realidade” (MEDEIROS, 2006, p. 41). Portanto, toda pesquisa que se preze digna de respeito científico, deve necessariamente se obrigar a impor-se ao rigor da técnica e ao escrutínio especializados para conferência dos fatos históricos e eventos do mundo social.

Para Ruiz (2006), ao empreender no campo da pesquisa científica, no sentido de trazer esclarecimento à realidade empírica que lhe cerca, o cientista ou pesquisador deverá partir da premissa de que os seus sentidos são o que lhe propiciam a capacidade de captar os fatos que lhe cercam. Esses precisam ser educados, de modo que as suas impressões pessoais sejam, dentro do possível e do razoável, colocadas à prova pela averiguação ao menos imparcial.

Ruiz ainda assevera que o pesquisador deve ser dirigido pelos seguintes questionamentos: “Por que o fenômeno acontece? O que acontece? Onde o fenômeno acontece? Quando o fenômeno acontece? Quais fatores estão envolvidos no fenômeno? Quais os fatores que causam o fenômeno? Quais os impactos de um fenômeno sobre o outro?” (RUIZ, 2006, p. 1).

No objetivo de apontar o que se espera de um produto de uma pesquisa científica, podemos destacar o que se tira de lição do livro “Metodologia de Pesquisa: Guia Prático”, escrito por Kauark, Manhães e Medeiros (2010):

Conhecimento científico – É uma conquista recente da humanidade, surgido apenas no século XVII. É metódico e sistemático, voltado para a resolução de problemas inerentes a toda a humanidade. É objetivo, não dependendo dos pensamentos e desejos de nenhuma pessoa em particular, pois o conhecimento científico pode ser replicado por qualquer um que utilize o mesmo método e trabalhe com a realidade

da mesma maneira. É um conhecimento geral, na medida em que busca estabelecer as regularidades dos fenômenos e não as suas particularidades. Busca leis gerais. (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 22)

Logo, dessa porção textual, pode-se chegar à conclusão de que um saber ou conhecimento só pode ser tido como científico e relevante se o mesmo for resultado de um elevado e criterioso método de busca do conhecimento, senão, teremos tão somente a impressão pessoal e contaminada pela visão de mundo, que penetra, invariavelmente, a consciência do examinador.

Da análise do texto de Carvalho não se pode, nem de longe, ser percebido tal comprometimento como um desapego a uma visão da realidade que não esteja contaminado pelo viés ideológico e ético, pois é evidente que o autor pretende criar, a partir de suas convicções e interesses, inimigos e fatos que não podem, a rigor do método científico, serem averiguados.

Observa-se que um dos elementos imprescindíveis ao conhecimento científico é fazer com que, a partir do rigor da utilização das mesmas ferramentas de pesquisas, um outro indivíduo, que só até mesmo em outra época, possa chegar a um resultado igual ou muito próximo do que aquele chegou.

Ao disponibilizar a sua obra, Carvalho não se preocupa em submetê-la ao método acadêmico, muito menos se importa com a análise acadêmica. Logo, as suas publicações, por mais que possam ser respeitadas do ponto de vista da expressão do pensamento humano, não poderão ser dignas de fundamento teórico na formatação de um conceito aplicável ao conhecimento científico, não devendo ser utilizada como baliza para o fomento de políticas públicas.

É interessante notar que o governo que há pouco tomou posse busca, nesse senhor, já conhecido como “Guru do Governo¹⁹”, orientação para as tomadas de decisões para a escolha de ministros e políticas de Estado, tão caras para o momento de delicada crise da República. Ele é colocado a par, como conselheiro, até mesmo de reuniões de cúpula e missões internacionais, como a recente visita ao Estados Unidos da América.

O pensamento de Carvalho está contaminado e isso pode ser evidenciado na sua afirmação de que as universidades são fábricas de “idiotas diplomados”²⁰, denunciando,

¹⁹ BRESCIANI, Eduardo; MAIA, Gustavo. Líder do Podemos sugere a Bolsonaro troca de 'guru'. **O Globo**. Brasília, abr. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/lder-do-podemos-sugere-bolsonaro-troca-de-guru-23588772>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

²⁰Disponível em:

<https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/1261505734001498?comment_id=12615131506674>

assim, uma postura avessa e objetivamente contraditória a tudo que pode ser concebido num ambiente acadêmico. Em recente publicação, Carvalho afirma, na sua rede social²¹: “O fato de o governo gastar muito dinheiro com as universidades e pouco com o ensino básico mostra que, no Brasil, não é preciso saber ler, o importante é ser doutor”.

Seu despeito à pesquisa acadêmica e ao conhecimento científico, tem abrigo num número considerável de seguidores, até mesmo no governo, quando agora o Ministério da Educação opera um contingenciamento de verbas públicas, que servem para o fomento da pesquisa científica no Brasil.

Ao discorrer a respeito das facções criminosas, Carvalho não se preocupa em colocar a inteligência das suas afirmações dentro de balizas confiáveis, pois, do texto, pode-se ver que o seu argumento se baseia tão somente na pesquisa de Amorim, não se preocupando, o autor, em fazer um exame historiográfico, que confirme os fatos narrados pelo jornalista.

Em alguns momentos, como já observado neste texto, o autor chega a desafiar as afirmações da sua fonte primária, dizendo a partir da narrativa de Amorim, o que ele não disse nem pensou. Ele toma os fatos apresentados por Amorim e discorre, de maneira diversa, enquanto Amorim aponta à luz do que ouviu dos testemunhos dos detentos, que o Comando Vermelho não é a continuidade da guerrilha armada. Carvalho insiste em dizer o contrário, ficando evidente, assim, o desrespeito gritante à técnica e à boa pesquisa, quando contraria objetivamente o trabalho que lhe orienta.

O argumento de Carvalho do modo como se desenvolve, toma irremediavelmente um tom panfletário de militância política, muito embora tenha como pretensão revestir-se de autoridade científica. Fica evidente que ele parte de um ponto de observação já munido de conclusões, no sentido de desconstruir tudo o que ele concebe como de origem progressista.

Em outras palavras, o seu argumento não é concebido de uma raiz neutra, pois já parte de conclusões pré-concebidas, se não bastasse a ausência de método na construção da sua narrativa, suas afirmações não condizem com o que aconselha a boa técnica, “é preciso manter-se eticamente neutro de opiniões pessoais, neutro de “achismos”, isento de palpites” (MEDEIROS, 2010, p. 23).

Sob a luz do que aponta Medeiros (2010), o trabalho científico precisa munir-se de

23&reply_comment_id=1263333253818746&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R%22%7D>. Acesso em: 05 mar. 2019.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8PXrvRmg9w0>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

²¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/1292737540878317?__tn__=H-R&eid=ARAXlmmcL-06q1YUYdYq41rO-tg9BPU6Aen_IQw7T2d76cEaS0xd4KMUZhszgucWW9h2LN0NVA0XNlpo>. Acesso em: 15 mai. 2019.

crítica objetiva ou racional. A crítica se destaca como a capacidade de julgar com o devido discernimento os elementos do objeto da pesquisa. A objetividade se percebe no argumento que despreza o senso comum e as paixões pessoais, marcada pela impessoalidade nas conclusões da pesquisa, tomando relevância o problema e a solução. A pesquisa quantitativa indicada para o aprendizado e conclusões a respeito de determinado fato, precisa pautar-se em tudo aquilo que foi observado sistematicamente.

A pesquisa de Carvalho se apresenta como bibliográfica, especialmente no que toca ao surgimento das facções criminosas e tem como fonte, unicamente a publicação de Amorim. Ele não apresenta nenhuma outra publicação que reforce ou que até mesmo contrarie o que dispõe o trabalho jornalístico de Amorim. Portanto, tomando como base que o autor não se dispôs a ir a campo em busca do que pretende resolver, deve então beber de diversas fontes a respeito do objeto da sua pesquisa.

Numa análise de como foram desenvolvidas as pesquisas de ambas as perspectivas, vê-se as suas qualidades e problemas, fica evidente, também, os efeitos desses discursos na política brasileira. Para isso, se faz necessário verificar quais foram os métodos, referenciais teóricos, categorias, conceitos, noções, dentre outros elementos imprescindíveis à pesquisa científica.

Dessa maneira, para arranjar uma crítica epistemológica a respeito do texto de Carvalho, à luz da comparação do que a séria pesquisa acadêmica já produziu, faz-se necessário encarar sua narrativa, levando em consideração os seguintes aspectos: O contexto histórico de produção dos discursos analisados; as fontes utilizadas na produção dos discursos; os enunciados que fazem sobre o sujeito/objeto, a partir dos termos, categorias e noções que utilizam e as formas e espaços de circulação dos discursos.

A publicação em análise neste artigo remonta, em sua primeira edição, ao ano de 1993, quando o Brasil experimentava seus primeiros passos do novo regime democrático constitucional há pouco em vigor. Já naquela época, Olavo de Carvalho (1993) já deixava clara a sua decepção com aqueles que afirmam ter sido seus companheiros de militância política e que ao seu gosto se mostravam revestidos de um ideal gramsciano, qual seja, o de produzir de dentro das Universidades, a partir do pensamento e da crítica acadêmica, uma revolução cultural, que fosse o fator dominante da crítica política no Brasil. Nesse contexto histórico, Carvalho toma de aporte a obra de Amorim e estabelece suas convicções a respeito do surgimento do crime organizado no Brasil, apontando por diversas vezes suas discordâncias com as afirmações de Amorim.

Rosa (2018) faz uma análise profunda do discurso Olavista, quando da análise do

que ele conceitua como neoconservadorismo, tão evidenciado na campanha política ao Palácio do Planalto de 2018, partindo de uma abordagem que chamou de cibecartografia política, tendo como referencial teórico não só o produto das publicações em livros e artigos acadêmicos, mas analisando um vasto conteúdo disponível na rede mundial e computadores, especialmente, em vídeos. Tem-se como conclusão, inevitável, que as afirmações de Carvalho não são produto da análise objetiva e criteriosa de fenômenos que ele pretende avaliar, mas tão somente as impressões pessoais que lhe são caras e tidas como verdadeiras.

Diferentemente, Nunes (2018) e Manso (2018) concebem suas pesquisas e desenvolvem suas narrativas, tendo em comum uma vasta pesquisa de campo, entrevistando pessoalmente os envolvidos nos últimos eventos que denunciaram o funcionamento nefasto das facções criminosas no Brasil, tanto dentro como fora dos presídios.

Na sua tese de doutorado, publicada também em formato de livro, Nunes dedica um capítulo de sua premiada obra²², no sentido de expor a metodologia utilizada em sua pesquisa, afirmando que a metodologia é “a reflexão que envolve a avaliação dos procedimentos técnicos e das fontes utilizadas, bem como nos pressupostos que orientaram o desenvolvimento do projeto da pesquisa, a postura e ações do pesquisador” (NUNES, 2013, p. 44).

Nunes acentua a dificuldade em se pesquisar as facções criminosas, tendo em vista a grande dificuldade de se ter acesso aos dados primários, de modo que grande parte das pesquisas a respeito do crime organizado, tem como base dados secundários, oriundos de dados oficiais e materiais jornalísticos. O autor acrescenta, ainda, que no seu caso específico após os atentados de 2006 nos presídios paulistas, as autoridades fecharam o cerco em torno das informações do sistema prisional paulista, tendo como inteligência a segurança dos agentes públicos envolvidos no trato das prisões.

A respeito destas fontes secundárias tão comuns em pesquisas a respeito do crime organizado, observa Nunes:

O predomínio desses dados como base dos trabalhos acadêmicos sobre o crime organizado encerra problemas metodológicos fundamentais, como a sua finalidade específica e a maneira como são colhidos. Os dados oficiais, em geral produzidos pelas agências de repressão, tem como objetivo a obtenção de provas das atividades criminosas contra os suspeitos de integrá-las. Para obter estas informações essas agências utilizam meio poucos ortodoxos. Os materiais produzidos pela imprensa, por sua vez, têm finalidade comercial, são muitas vezes

²² PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência, por Camila Nunes Dias, foi vencedora do Prêmios CAPES de tese, área Sociologia – 2012.

caracterizados pelo sensacionalismo e pela necessidade de publicar as informações em primeira mão, o que faz com que, na maioria das vezes, sejam coletados de forma rápida, verificação da veracidade das informações obtidas. (NUNES, 2013, p. 48).

É razoável admitir-se que por detrás dos dados apresentados pelas agências de governo, bem como os jornalísticos, apesar de serem importantes e dignos de serem ao menos levados em conta, possuem objetivos além daqueles ditos oficialmente, devendo o cientista renunciar à versão oficial e governamental do objeto de pesquisa, descortinando a sua natureza e a sua dinâmica.

Daí o contraste do trabalho produzido por Carvalho e aquele fruto da pesquisa científica, enquanto aquele tem por base os dados colhidos por uma única fonte, este tem como fundamento fontes os dados primários, colhidos diretamente nas unidades prisionais com os atores dos fatos. Nunes (2013) descreve o seu caminho e as muitas barreiras burocráticas por ela superadas durante os anos de 2008 e 2009, fazendo longos percursos de viagem para três unidades prisionais, chamadas por ela de P1, P2 e P3, ficando longos períodos por vários dias seguidos dentro dos presídios, de 7h30 às 17h.

Carvalho desenvolve o seu argumento do surgimento do crime organizado no Brasil, partindo do pressuposto de que até a convivência dos presos comuns com os presos políticos, as mais diversas quadrilhas que existiam no Brasil agiam de modo espontâneo e não influenciados por um ideal político, sendo tão somente a manifestação da ganância humana ou a simples e nua manifestação de maldade.

Nunes pesquisa o crime organizado, partindo da orientação que as facções se estabelecem como centros de poder dentro e fora do presídio, a partir de uma construção social, que se estabelece não em torno de um ideal político progressista, como sugere Carvalho, mas a partir de reiteradas práticas de dominação pela imposição violenta de suas regras, tendo como respaldo objetivo, a potencialização dos lucros das atividades ilegais praticadas pela facção.

O discurso Olavista a respeito das facções criminosas encontra espaço considerável na substância da militância política que se aponta conservadora no Brasil, propiciando que, no seio da sociedade, possam ser geradas diversas castas de cidadãos, sendo alguns dignos da tutela e proteção do Estado, enquanto outros devem ser perseguidos a custo das suas próprias vidas e aniquilados como inimigos numa guerra que se apresenta próxima, como uma guerra de raças.

Numa perspectiva teórica, Foucault (2006) entende que a guerra de raças seria o fundamento no qual as relações de poder e soberania se estabelecem na sociedade, pois

desse conflito, surge a “conquista e a subjugação de uma raça por outra”.

No intuito de purgar a sociedade e livrá-la do que se elegeu como impróprio, surge o Racismo de Estado, que conceitua Célia Bernardes, na visão de Foucault:

O racismo de Estado cumpre duas funções principais: primeiramente, fragmenta o “contínuo biológico”, dividindo-o em raças de acordo com uma determinada hierarquia; em segundo lugar faz atuar a antiga relação guerreira (“se você quiser viver é preciso que o outro morra”) de uma forma inteiramente nova e compatível com o exercício do biopoder (BERNARDES, 2013, p. 71).

O pensamento Olavista de que as facções criminosas se desenvolvem no sentido de combater e desafiar o poder de ordem que o hipotético império da Lei deveria produzir na sociedade, alimenta o pensamento de que contra os cidadãos de bem, opera uma parcela considerável da sociedade, que não mede esforços na tentativa de deformar o ideal civilizatório concebido por um processo democrático eleitoral.

Assim, numa abordagem moderna daquele que detêm o poder, ou o soberano, para além de ter o poder sobre a vida tem também o poder de morte. “Se o genocídio é o sonho dos poderes modernos, não é pelo retorno do velho direito [do soberano] de matar, mas porque o poder está situado e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenómenos massivos da população” (FOUCAULT, 2006, p. 180).

A letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro alcançou, neste ano de 2019, índices inéditos²³, os antigos 'autos de resistência' somaram 434 mortes no primeiro trimestre deste ano - sete por dia, de modo que as mais de 400 mortes ocorridas nestes que são os primeiros meses do ano, se caracteriza como o maior número vítimas desde de 1998. Sendo flagrante que o poder que se exerce, não se percebe tão somente sobre o indivíduo como unidade de determinada população, mas sobre determinada coletividade, ou seja, o Estado protege e promove o crescimento e o fortalecimento de dada população, a custo de eleger a destruição de outra.

Trata-se, portanto de uma seletividade nefasta, que coloca tais indivíduos como sendo indignos de recuperação, e merecedores da mais severa retribuição estatal, qual seja a morte, e isto tão notório e perceptível em jargões como: bandido bom é bandido morto, bandidolatria, vitimismo social, dentre outros aspectos. Elucida Castelo Branco:

Trata-se da justificativa da manutenção da vida de alguns pela deliberada eliminação de outro qualquer. Frases como “se queres viver, o outro deve morrer” convertem-se

²³ GRANDIN, Felipe; RODRIGUES, Matheus. Número de mortes por intervenção policial no RJ é o maior nos últimos 20 anos; apreensão de fuzis bate recorde em 2019. G1. Rio de Janeiro, p. 01-02. 03 maio 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/03/rj-bate-recorde-na-apreensao-de-fuzis-em-2019-numero-de-mortes-por-intervencao-policial-e-o-maior-nos-ultimos-20-anos.ghtml>>. Acesso em: 05 maio 2019.

num slogan político e são, a todo o momento, utilizadas nas chantagens a respeito do direito à riqueza e ao bem-estar social. Dessa maneira, percebemos que a grande chantagem está numa associação entre eliminação do outro como purificação da sociedade. (BRANCO, 2009, p. 32).

Na campanha política, e agora se pode ver na prática, há o ideal de recrudescimento das forças persecutórias contra o crime, no sentido de adotar como política pública manobras que se instrumentalizam pela letalidade das abordagens policiais. Nesse sentido aponta Foucault:

O racismo é formado nesse âmbito (o racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política da população, da família, do matrimônio, da educação, da hierarquização social e da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde e da vida cotidiana recebem então sua cor e sua justificação da preocupação mítica por proteger a pureza de sangue e de fazer triunfar a raça. (FOUCAULT, 2006, p. 197)

O pensamento Olavista torna possível o surgimento de inimigos irrealis, existentes tão somente na concepção de realidade que ele acredita. A esse respeito Rosa (2018) destaca um aumento considerável da proliferação de informações imprecisas e inverídicas, que pelo rápido transporte das redes sociais, alcançam um número considerável de indivíduos que tomam por verdadeiras:

Diante disso, constatamos um aumento e até proliferação de informações distorcidas ou mesmo equivocadas operadas a partir de uma perspectiva utilitária, antiesquerdista, anti-gênero, etc., que estabelece arbitrariamente os valores ocidentais como os únicos pressupostos da existência de certa humanidade supostamente “civilizada”, definindo como inimigos todos aqueles que questionam quaisquer dimensões de mudanças acerca daquilo que entendem como o comportamento mais adequado para os indivíduos e sociedades, amparadas, sobretudo, em certa idealização saudosista baseada na perpetuação do entendimento filosófico e democrático encontrado na construção caricatural da democracia grega, do direito romano e, em especial, dos valores abalizados pela tradição judaico-cristã. (ROSA; REZENDE; MARINS, 2018, p. 169).

O argumento neoconservador pretende colocar em prática no Brasil, o que ficou muito comum nos Estados modernos, em que o poder estatal e o racismo estabeleceram uma estreita e particular relação, de modo que “o racismo está ligado ao funcionamento de um Estado obrigado a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2006, p. 230).

Da sua casa nos Estados Unidos da América, Olavo de Carvalho²⁴ realiza

²⁴ Em uma pesquisa rápida no site www.youtube.com.br é possível perceber um número considerável de vídeos e palestras em que Olavo de Carvalho descreve o Brasil de maneira depreciativa. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=olavo+de+Carvalho+fala+mal+do+Brasil. Acesso em: 10 maio 2019.

diagnósticos e aponta soluções, fazendo-o pedagogicamente, comparando o Brasil e os seus problemas à realidade vivida em outros países, sugerindo vivermos numa sociedade que não entendeu o ideal civilizatório já experimentado na América do Norte e na Europa.

O quadro descrito por Foucault não é nada otimista e vem nos alertar que o mundo está rachado entre o [que o] europeu tradicionalmente entende como ocidente (civilização) e [o] resto do mundo (barbárie). Visto por quadro, a partir da mais simples dedução, nós do Brasil não fazemos parte do mundo civilizado e o que temos diante de nós é um contexto social complicado e com perspectivas biopolíticas sombrias. Os países pobres ou não-ocidentais [...] são vistos como perigosos para o mundo civilizado, pois o cercam de ameaças que eles conseguiram superar (BRANCO, 2004, p. 136).

A visão Olavista do estado atual das coisas no Brasil, se coaduna muito do que acima está descrito, uma vez que, para ele, do que se pode ver das referências já apontadas, nossa sociedade se encontra distante do patamar de civilização percebido em outras comunidades.

CONCLUSÃO

O que se propôs como tarefa neste artigo foi fazer uma análise crítica a respeito do discurso Olavista, no que tange às facções criminosas, apresentando, num primeiro momento, a base do seu discurso e os pressupostos que o dirigiu até as suas conclusões. O que se pode ver foi um texto que é produto da concepção pessoal de um pensador, que muito embora possa ter tanto numa perspectiva moral quanto legal o direito de manifesta suas opiniões, mostrou-se avesso ao bom rigor acadêmico, tão cara para construção do conhecimento científico.

Como citado no texto, o assim chamado professor Olavo de Carvalho propõe uma abordagem de pesquisa, que de cara ignora o valor da pesquisa acadêmica, ao passo, que acusa as universidades no Brasil de estarem contaminadas pelo pensamento progressista de Antonio Gramsci. Carvalho, como já apontando, faz um juízo de valor negativo, concluindo que as universidades e a pesquisa no Brasil, servem de instrumentos político ideológico para que os partidos de esquerda chegassem ao poder. O referido autor aponta que a chegada ao poder do PT (Partido dos Trabalhadores) passou, necessariamente, pela militância e engajamento político dos professores e reitores das universidades públicas e privadas de todo o Brasil.

Tendo como base a obra de Amorim, Carvalho (2018) entende que o surgimento do crime organizado no Brasil teve como embrião a convivência de presos comuns com os ditos presos políticos, no presídio de segurança máxima Candido Mendes. A partir de 1970, em Ilha Grande, esses presos políticos ensinaram aos presos comuns táticas e ferramentas de

guerrilhas, no sentido de, desse convívio, nascer o que seria mais tarde uma das mais fortes e atuantes facções criminosas no Brasil, o Comando vermelho.

Ocorre que da comparação do trabalho de Carvalho com outras publicações que foram submetidas ao rigor científico, pode-se concluir que o argumento de Carvalho, muito embora venha sendo tido como denso e aceito até mesmo nas altas cúpula do atual governo, é raso e desprovido de significado científico. Seu trabalho se presta tão somente ao desserviço de realçar e legitimar práticas eugênicas, que segregam populações inteiras do amparo de todo aparelho governamental.

Fato é que o amparo dado ao argumento Olavista já pode ser ouvido em diversos ambientes, servindo de base teórica e argumentativa para movimentos políticos que, a exemplo do Brasil Paralelo, tenha um engajamento permanente e diário, pelas mais variadas mídias eletrônicas, apresentando um número grande de propostas políticas e econômicas que radicalizam a direita na política de Estado do Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: A irmandade do crime**. Local: Editora Record, 2018.

BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado: Uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault**. Curitiba: Juruá, 2013.

BRANCO, Guilherme Castelo. O racismo no presente histórico: análise de Michel de Foucault. **Kalagatos: Revista de Filosofia**, Local, v. 1, n. 1, p. 129-144, mês abreviado 2004.

CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a Revolução Cultural**. 4. ed. Campinas: Vide, 2018.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FOUCAULT, Michel. **É preciso defender a sociedade**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

JUSTIÇA GLOBAL; INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. **São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006**. Relatório. 2011. Disponível em: <<http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro. **Metodologia da pesquisa: Guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Local, v. 11, n. 2, p. 10-29, mês abreviado 2017. Disponível em: <<http://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/854>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MANSO, Bruno Paes; NUNES, Camila Dias. **A guerra: Ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes, 1989.

NUNES, Camila Caldeira Dias. **PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROSA, Pablo Ornelas; REZENDE, Rafael Alves; MARTINS, Victória Mariani de Vargas. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, Local, v. 4, n. 2, p. 164-203, mês abreviado 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/63832>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. **Guia para eficiência nos estudos**, Local, v. 13, p. 131, mês abreviado 1996. Disponível em: <http://www.fatecead.com.br/mpc/aula03_texto2.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ZALUAR, Alba. A guerra sem fim em alguns bairros do rio de janeiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 1, p.32-38, jun. 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100019>. Acesso em: 15 abr. 2019.